



13 DE JUNHO DE 2018

Quarta-feira

- EM MEIO A IMPASSE, TABELA DO FRETE ENFRENTA ENXURRADA DE PROCESSOS
- EMPRESAS TENTAM DERRUBAR TABELA DO FRETE NA JUSTICA
- IMPASSE SOBRE FRETE REVELA QUE NINGUÉM QUER PAGAR A CONTA
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCE 12,8% EM ABRIL
- CAE DEBATE FORMAS PARA TORNAR O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO MAIS JUSTO
- INDÚSTRIA DE BEBIDAS PRESSIONA PLANALTO A RETOMAR SUBSÍDIO NA ZONA FRANCA
- INCERTEZA VOLTA A CRESCER ENTRE EMPRESÁRIOS
- 'PACOTE DO DIESEL' AMEAÇA RETOMADA DA INDÚSTRIA, AVALIAM ENTIDADES SETORIAIS
- AUMENTA NÚMERO DE SETORES COM ALTA NA RECEITA TRIBUTÁRIA
- TESLA CORTA 9% DA FORÇA DE TRABALHO EM BUSCA POR LUCRO
- TRABALHADORES DA TOYOTA APROVAM ACORDO
- PARTE DOS EMPREGADOS DA ELETROBRAS PERMANECE EM GREVE NESTA QUARTA-FEIRA
- MEI PODE OPTAR POR DÉBITO AUTOMÁTICO PARA EVITAR INADIMPLÊNCIA
- DADOS DE IMPORTAÇÃO BRASILEIRA SOFRERAM ALTERAÇÃO
- BRASIL E NIGÉRIA DISCUTEM RELAÇÕES BILATERAIS
- ANEEL APROVA REAJUSTE MÉDIO DE 20,58% NAS TARIFAS DA RGE
- CNI DEFENDE MUDANÇAS NO SETOR ELÉTRICO PARA REDUZIR PREÇO DA ENERGIA
- MARUN: VENDA DE DISTRIBUIDORAS DA ELETROBRAS, CADASTRO POSITIVO SÃO PRIORIDADES
- EMPREGADOS DA ELETROBRAS DECIDEM INTERROMPER GREVE APÓS DECISÃO DO TRT
- INSS É PRINCIPAL FONTE DE RENDA PARA 76% NA FASE DE APOSENTADORIA, DIZ PESQUISA

- TRIBUTAÇÃO SOBRE RENDA NO BRASIL É MAIS BAIXA DO QUE EM OUTROS PAÍSES, DIZ RACHID
- PESO DO LUCRO CAI PELA METADE EM NOVA METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO SPREAD
- PONTO DE EQUILÍBRIO DA SELIC PODERIA FICAR ENTRE 7% E 8%
- PREVI ACREDITA QUE MANUTENÇÃO DE JUROS FAVORECE EMPRESAS INVESTIDAS
- IBOVESPA TEM RECUPERAÇÃO DISCRETA E FECHA EM ALTA DE 0,62%
- TAXAS FUTURAS DE JUROS SOBEM COM CAUTELA ANTE DO FED E DADOS DE VAREJO LOCAL
- NOVO CÓDIGO DE MINERAÇÃO DO PAÍS TERÁ REGRAS MAIS RÍGIDAS
- MUNICÍPIOS REAGEM ÀS NOVAS REGRAS DA MINERAÇÃO
- SIDERÚRGICAS VÃO À JUSTIÇA PARA REPOR PERDAS DA GREVE DOS CAMINHONEIROS
- COBRE OPERA QUASE ESTÁVEL, DE OLHO EM NEGOCIAÇÕES TRABALHISTAS E NO FED
- GREVE DOS CAMINHONEIROS TEVE IMPACTO DE R\$ 15 BI NA ECONOMIA, DIZ FAZENDA
- COM GREVE, VENDA TOTAL DE ETANOL CAI 6,45% EM MAIO, DIZ UNICA
- GERDAU É CONDENADA A PAGAR MULTA EM PROCESSO DE SINDICATOS POR VIOLAR ANTITRUSTE
- TOYOTA INVESTE US\$ 1 BILHÃO NA COMPANHIA DE TRANSPORTES GRAB
- VENDAS DE VEÍCULOS IMPORTADOS ESTAGNARAM EM MAIO COM GREVE DOS CAMINHONEIROS
- PRODUÇÃO DE MOTOS ATÉ MAIO É A MELHOR EM DOIS ANOS

| CÂMBIO | | |
|----------------------|---------------|--------------|
| EM 13/06/2018 | | |
| | Compra | Venda |
| | | |
| Dólar | 3,708 | 3,709 |
| Euro | 4,369 | 4,371 |

Fonte: BACEN

Em meio a impasse, tabela do frete enfrenta enxurrada de processos

13/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Segundo AGU, já foram ajuizados 40 processos contra a medida do governo Temer

A proposta de tabelamento do frete, acordada entre o presidente Michel Temer e os caminhoneiros para pôr fim à paralisação que desabasteceu o país em maio, enfrenta uma enxurrada de ações na Justiça.

A AGU (Advocacia-Geral da União) informou nesta terça-feira (12) que já foram ajuizados 40 processos contra a medida. A proposta, segundo empresários, trava o escoamento da produção do país.

Como a **Folha** noticiou no sábado (9), o Palácio do Planalto já admite a chance de a medida ser extinta e torce para uma saída judicial.

A CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal). É a segunda ação na corte que questiona a constitucionalidade da medida provisória 832.

Com ela, passa a ser obrigatório pagamento aos caminhoneiros pelo trajeto da volta. "Antes esse pagamento era opcional e muito raro", diz Elisângela Pereira Lopes, assessora técnica da CNA.

"Agora o produtor que não pagar está sujeito a uma ação judicial, e a indenização é o dobro da diferença do que foi pago para o que está na tabela", diz.

O impasse em relação à tabela não tem data para terminar, segundo o ministro da Agricultura, Blairo Maggi.

"O prejuízo para o agronegócio está sendo imenso", disse. "As exportadoras estão atrasadas em 11 dias, e deveriam ser transferidos para os portos 450 mil toneladas de produtos por dia. Temos aí mais de 60 navios atrasados", diz Maggi.

Empresas tentam derrubar tabela do frete na Justiça

13/06/2018 – Fonte: Tribuna (publicado em 12-08-2018)

Enquanto o governo discute uma nova tabela de preço mínimo do frete, empresas e associações entram com dezenas de ações na Justiça para derrubar o acordo fechado com os caminhoneiros, no fim de maio.

A maioria alega inconstitucionalidade da Medida Provisória 832, que institui a política de preços do transporte rodoviário de cargas. Mas também há questionamentos em relação a outras medidas adotadas pelo governo para compensar os benefícios aos caminhoneiros, como a redução do Reintegra, programa de incentivo fiscal aos exportadores.

"No afã de ver cessar a greve e desobstruir as rodovias de todo o País, o Poder Público concedeu o que não poderia ter concedido e passou além de sua competência legal e constitucional", avalia o sócio-fundador do escritório Azevedo Sette Advogados, Ordélio Azevedo Sette. Segundo ele, o acordo envolve, pelo menos, 11 questões que representam violações legais.

"As empresas fazem um planejamento contando com esses programas e decisões. Aí o governo altera a regra, a margem das empresas cai e o prejuízo aumenta", diz Sette.

O escritório já entrou com três ações na Justiça, sendo uma contra a redução do Reintegra. As outras contestam a implementação da tabela de preço mínimo do frete.

Até terça-feira, 12, a Advocacia-Geral da União (AGU) estava monitorando 40 ações judiciais referentes à MP 832 e à Resolução da ANTT n.º 5.820, que regulamenta o assunto.

Do total, 12 ações são coletivas, propostas por associações representantes de empresas, e 18 estão suspensas por decisão do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região (TRF5), que acolheu recurso da AGU em defesa das normas. Uma ação aguarda posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

A expectativa é que o número de ações aumente ainda mais nos próximos dias. O escritório Mattos Filho, por exemplo, deverá entrar nesta quarta-feira, 13, com uma ação contra o tabelamento do preço dos fretes. "Há clientes se articulando para contestar a medida, pois entendem que o governo não pode impor preços", diz o sócio do escritório Mattos Filho, Bruno Werneck.

No escritório Machado Meyer há entre 10 e 15 pedidos de análise sobre a constitucionalidade da MP. "Estamos em conversas com algumas associações de setores prejudicados pelas medidas", afirma o sócio do Machado Meyer, Lucas Sant'Anna. "Entendemos que a fixação de preços para o setor privado é contra o direito de livre concorrência."

Novas ações

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) entrou na terça-feira, 12, com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando o tabelamento do frete. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) fará o mesmo nesta quarta-feira ou na próxima quinta, 14.

A Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) e a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) também recorreram à Justiça alegando a inconstitucionalidade do tabelamento dos fretes e pedindo a impugnação administrativa da medida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

"Não tem como ter um tabelamento fixo num setor regido pela Bolsa de Valores, que tem altas e baixas", diz Sérgio Mendes, diretor-geral da Anec. "Ninguém é pão-duro, é que não pode existir uma medida dessas num regime de livre concorrência."

Impasse sobre frete revela que ninguém quer pagar a conta

13/06/2018 – Fonte: GS Notícias/ Valor Econômico



A partir da esquerda: Nelson Barbosa, Bráulio Borges e Luiz Guilherme Schymura, do Ibr/FGV, em debate sobre causas e efeitos da greve, ontem, no Valor

O impasse envolvendo o tabelamento de preços de frete revela a dificuldade de o governo arbitrar quem deve assumir a conta do aumento do combustível e o risco de variação desse preço.

Se há um entendimento do governo de que o ônus não deve recair sobre a Petrobras sozinha, a saída de repassar o aumento de custo para quem contrata o frete, mas sem considerar as peculiaridades de cada caso, também parece não funcionar.

Esse equilíbrio delicado da cadeia dos combustíveis foi tema de debate realizado ontem na sede do **Valor**, em São Paulo, em parceria com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV).

Luiz Guilherme Schymura, presidente do Ibre-FGV, diz que um exemplo da dificuldade de conciliar interesses tão diversos foi a reação recente à correção dos combustíveis pelos preços internacionais. "Era um dos pilares da política econômica do governo Temer", diz. "Mas o governo foi surpreendido pelo apoio da população à paralisação dos caminhoneiros."

Para ele, a necessidade de aproximar os preços nacionais dos internacionais era uma necessidade, em um momento em que a Petrobras "estava enferma" e em "uma situação financeira muito complicada".

Mas, na visão de Schymura, a empresa, por ter capital misto, estará sempre sujeita a intervenções mais favoráveis ao poder público ou ao mercado acionário, dependendo da ocasião.

"No momento em que você quer incentivar um investidor privado a trazer dinheiro para o país, trabalha com uma Petrobras mais apetitosa, começa a dar dividendos, uma governança mais pró-mercado. Se não está tão interessado nisso, começa a fazer as políticas públicas usando a Petrobras", afirma Schymura. "Vai ser sempre essa história. É difícil você encontrar uma solução para a Petrobras."

Para o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Nelson Barbosa, o problema da política de reajustes diários da Petrobras foi a migração para um mecanismo extremo, sem nenhum amortecedor que absorvesse as variações dos preços internacionais do petróleo.

Ele, que também é pesquisador do Ibre-FGV, afirma que o tabelamento dos fretes não vai funcionar e a solução da crise desencadeada pela paralisação dos caminhoneiros passa longe da concessão de subsídios de forma perene. A saída, de acordo com o ex-ministro, é repartir as responsabilidades, atacando-as em diferentes frentes.

De um lado, a Petrobras poderia adotar um mecanismo de suavização que usasse uma média móvel, por exemplo, de três meses, mas que não prejudicasse suas finanças. Segundo Barbosa, pode se discutir se a estatal toma essa iniciativa por conta própria, ou se esse tipo de regra vira por determinação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) ou do governo. "É preferível que a Petrobras faça isso sozinha", diz.

De outro, o governo poderia estimular a criação de uma espécie de seguro para que o caminhoneiro se protegesse de variações mais intensas de preço, como existe nos EUA. "É o elo mais fraco, do ponto de vista econômico, dessa cadeia", afirma.

Em uma terceira frente, o governo criaria - ou aplicaria melhor - um sistema tributário anticíclico para momentos de alta e baixa do petróleo em reais.

Na visão de Barbosa, isso foi feito no passado, com variação da Cide, e acabou sendo usado agora de novo, de forma "meio atabalhoada", com redução da Cide e do PIS/Cofins no meio da greve. "[A solução] vai exigir esses três tipos de iniciativa, cada uma com uma velocidade. Com certeza, a saída não é subsidiar os combustíveis, fazer uma conta petróleo no orçamento. Acabamos de nos livrar de uma de energia elétrica. Dadas todas as demandas fiscais que temos, não é viável", afirma.

No setor privado, o sucesso do tabelamento de preços do frete também é visto com ceticismo. Diogo Carneiro, sócio do Bichara Advogados, disse que foi procurado nos últimos dias por 30 clientes, entre empresas e associações setoriais, com o objetivo de contestar judicialmente o tabelamento. "Mas é possível que em breve haja uma chuva de ações. Está todo mundo muito preocupado", afirma.

Para o advogado, "alguns setores até aceitariam" uma eventual nova proposta do governo, enquanto outros simplesmente não teriam condições de arcar com esses custos.

Entre os setores mais apreensivos, estão o de papel e celulose e alimentos. Mas a maior preocupação até agora entre os clientes do Bichara Advogados está no segmento de produção de sal. Boa parte do transporte do sal é feito por caminhoneiros que entregam produtos no Rio Grande do Norte e voltam para o Sudeste trazendo o tempero a preços baixos, para diminuir o prejuízo do retorno, segundo Carneiro. O tabelamento, de acordo com ele, inviabiliza essa última parte do transporte.

"A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) diz que são mais ou menos 700 mil agentes no mercado, com realidades absolutamente diferentes. Não dá para impor a mesma coisa para todos", diz.

Produção industrial cresce 12,8% em abril

13/06/2018 – Fonte: GS Notícias/ Folha de Londrina (publicado em 12-06-2018)



O setor de Bebidas, com incremento de 40,7%, puxou a alta na produção da indústria paranaense

O Paraná é o quinto estado com maior crescimento da produção industrial no mês de abril de 2018. Com aumento de 12,8% na produção na comparação com abril de 2017, o Estado fica atrás de São Paulo (14,8%), Santa Catarina (14,6%), Mato Grosso (14,4%), e Amazonas (13,2%). O resultado está acima da média nacional, de 8,9%.

O dado faz parte da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Dos 13 setores pesquisados, apenas o de Máquinas e Equipamentos teve queda no Estado, de 4,6%.

Os setores de Bebidas; Veículos automotores, reboques e carrocerias; e Máquinas, aparelhos e materiais elétricos tiveram as maiores altas, com destaque para o de Bebidas, com incremento de 40,7%. A produção industrial do Paraná também teve alta em relação ao mês de março desse ano (3,3%), no acumulado do ano (2,2%) e no acumulado dos últimos 12 meses (3,9%).

O vice-presidente da Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), Ary Sudan, aponta que alguns setores tiveram resultados muito baixos no ano passado, e que por isso apresentam alto crescimento em 2018, puxando o resultado paranaense para cima. "São setores que estão conseguindo alcançar resultados positivos bastante elevados, fazendo que o resultado global seja bom.

Mas a verdade é que eles continuam sofrendo muito. Alguns setores têm crescimento, mas a grande maioria continua parada." Em abril do ano passado, a indústria geral paranaense sofreu queda de 4,4% em relação ao mesmo período de 2016. Bebidas

teve a maior queda, de 20,4%, seguida por máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-18,9%). Veículos automotores, reboques e carrocerias ficou quase estável, com crescimento de 0,1%.

O diretor-presidente do Iparde (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social), Júlio Takeshi Suzuki Júnior, concorda que o crescimento de alguns setores em abril de 2018 tem como base de comparação resultados não muito satisfatórios no ano passado, mas pontua que esse incremento também está ligado a investimentos realizados pelo Governo do Estado nesses mesmos setores nos últimos anos. Para ele, esses investimentos certamente contribuíram para o desempenho do Paraná na produção industrial de abril.

As duas situações podem se aplicar ao setor de Bebidas, opina Fulgêncio Torres Viruel, presidente do Sindibebidas PR (Sindicato da Indústria de Cerveja de Alta e Baixa Fermentação, da Cerveja e de Bebidas em Geral, do Vinho e Águas Minerais do Estado do Paraná).

Para ele, o investimento recente em uma fábrica da Ambev no Estado e o crescimento sobre uma base ruim podem explicar o resultado expressivo do setor em abril desse ano. Pequenas e médias empresas, no entanto, enfrentam "um ambiente hostil", não só em função da queda da atividade econômica do País, mas também devido à carga tributária paranaense para o setor de bebidas, que para Viruel é uma das mais altas do País e prejudica a concorrência frente a outros estados. "Isso vem prejudicando terrivelmente nosso setor."

Por outro lado, o índice pode ser um indicativo de que, mesmo com o intervalo das atividades ocasionada pela greve dos caminhoneiros, o setor vá crescer em 2018.

"Tínhamos uma expectativa bastante positiva no fim do ano passado, mas tivemos um começo de ano com resultados que não esperávamos. Obviamente que maio sofrerá os efeitos da greve dos caminhoneiros, mas no decorrer do ano tudo leva a crer que voltaremos a apresentar uma indústria relevante", comentou Júlio Suzuki Júnior. "É um crescimento. De qualquer forma, é um grande estímulo, mesmo para empresas que não estão crescendo, porque é um sinal de que sua vez vai chegar", conclui Ary Sudan.

PRODUTIVIDADE

Pesquisa Industrial Mensal Produção Física - Regional (Paraná)

| | Acumulada jan-abr | Acumulada nos últimos 12 meses | Abr/18/ Abr/17 | Abr/18/ Mar/18* |
|--------|-------------------|--------------------------------|----------------|-----------------|
| Paraná | 2,2 | 3,9 | 12,8 | 3,3 |

VARIAÇÃO PERCENTUAL



TOP 5 SETORES (ABRIL 2018/ABRIL 2017 (%))



*Série com ajuste sazonal
Fonte: IBGE

Folha Arte

VENDAS INDUSTRIAIS

Nesta segunda-feira, a Fiep também divulgou o resultado de vendas da indústria do Paraná no mês de abril. O valor foi 17,31% maior que o registrado no mesmo mês do ano passado.

No ano, o saldo acumulado total é de 7,82%, com saldo positivo em 14 dos 18 setores pesquisados. Destaque para couros e calçados (+110,25%), edição e impressão (+22,98%) e vestuário (+18,48%). Os gêneros com maiores quedas são borracha e plásticos (-23,67%), madeira (-17,05%) e material eletrônico e de comunicações (-6,06%).

Em relação a março, as vendas industriais de abril tiveram crescimento de 1,11%. Para a Federação, o resultado confirma a tendência de crescimento projetada no início do ano. A expectativa é de um primeiro semestre melhor que o de 2017.

CAE debate formas para tornar o sistema tributário brasileiro mais justo

13/06/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 13-06-2018)

A Comissão de Assuntos Econômicos discutiu nesta terça-feira (12) formas para tornar o sistema tributário brasileiro mais justo. O debate foi baseado em manifesto divulgado por associações de auditores fiscais que pedia maior progressividade dos impostos e mais simplicidade.

Representantes da CNI, IFI, do COMSEFAZ e da Receita Federal participaram da audiência pública. O senador Eduardo Braga (MDB-AM), criticou que o Brasil não tributa renda, mas salário. A reportagem é de Bruno Lourenço, da [Rádio Senado](#).

Indústria de bebidas pressiona Planalto a retomar subsídio na Zona Franca

13/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

Escolhida para bancar uma parte do subsídio ao diesel para os caminhoneiros, a indústria de bebidas pressiona o governo para reverter a medida que retirou o benefício tributário para a fabricação do xarope dos refrigerantes na Zona Franca de Manaus.

Ao todo, 59 fabricantes de refrigerantes, entre elas as gigantes Coca-Cola, Ambev e Pepsi, ameaçam cortar 15 mil empregos diretos caso seja mantido o decreto do presidente Michel Temer que praticamente acaba com o incentivo fiscal. Segundo os fabricantes, com o decreto, há aumento de 8% nos preços dos refrigerantes para os consumidores, o que provocará recuo de 15% nas vendas, com queda de R\$ 6 bilhões de faturamento e R\$ 1,7 bilhão na arrecadação de impostos.

As empresas reclamam que, para garantir o subsídio de R\$ 0,46 no preço do diesel – a bolsa caminhoneiro –, o governo provocou uma grande distorção na cadeia produtiva do setor ao “quebrar contrato” com as empresas que se instalaram no polo de fabricação do xarope de refrigerantes em Manaus em busca dos incentivos fiscais da Zona Franca.

Depois de ruralistas e exportadores, esse é mais um setor que reclama do impacto do pacote adotado pelo governo para atender os caminhoneiros. Reunidas na Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes (Abir), as 59 empresas do setor montaram uma grande articulação política no Congresso para derrubar a medida. Três parlamentares da bancada do Amazonas – os senadores Vanessa Graziottin (PCdoB) e Eduardo Braga (MDB-AM), além do deputado Pauderney Avelino (DEM) – apresentaram um decreto legislativo para derrubar o decreto presidencial cada um.

“Queremos a revogação já. Que o governo volte atrás”, disse Alexandre Jobim, presidente da Abir.

Segundo ele, o decreto “anula” o incentivo regional. “Compensa continuar com o polo de concentrados? A resposta da indústria é não. Não fica de pé a Zona Franca.” Eles já se reuniram duas vezes com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que alegou distorções no sistema com o incentivo. Uma das reuniões ocorreu na casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com toda a bancada do Estado.

A Receita Federal prevê um aumento de R\$ 740 milhões na arrecadação em 2018 e R\$ 1,9 bilhão no ano que vem com o decreto. Esse dinheiro vai compor parte do custo de R\$ 13,5 bilhões com o subsídio ao diesel.

A legislação permitia que fabricantes instalados na Zona Franca acumulassem créditos de IPI na venda de insumos produzidos na região para engarrafadores instalados em

outros Estados. Esses créditos equivaliam a 20% do valor da venda. Com o decreto, caíram para 4%.

Para a Receita, o benefício provoca distorção e desequilibra a concorrência. Pelos cálculos do Fisco, para cada R\$ 100 vendidos por uma empresa que produz na Zona Franca, R\$ 4 sobram de crédito, o que funcionaria na visão da Receita como uma forma de "dar dinheiro" para as empresas.

Na contramão da Abir, o grupo de empresas que não está na Zona Franca comemorou a decisão do governo. O presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Brasileira de Bebidas, deputado Fausto Pinato (PP-SP), se mobiliza para impedir que o decreto seja derrubado. "Ele desaponta os gigantes do setor de bebidas e mexe na ferida do oligopólio." O Ministério da Fazenda não comentou.

Incerteza volta a crescer entre empresários

13/06/2018 – Fonte: GS Notícias/O Globo (publicado em 12-08-2018)

Os desdobramentos da crise política deflagrada após a revelação do conteúdo das denúncias da JBS contra o presidente Michel Temer já aparecem nas sondagens de confiança, um sinal de como a economia reagiu à onda de turbulência.

Segundo o economista Aloísio Campelo, superintendente de estatísticas públicas do Ibre/FGV, o Índice de Incerteza Empresarial (IIE) apresentava queda de 3 pontos até o dia 17 de maio, quando o GLOBO revelou o conteúdo da conversa comprometedor entre Temer e o empresário Joesley Batista. Depois, encerrou o mês com alta de 9 pontos.

Esse índice chegou a quase 146 pontos em setembro de 2015, vinha caindo, mas o que é mais importante é que, no caso desse indicador, cujo carro-chefe é a captação de perguntas do tema incerteza em matérias sobre economia em várias fontes, houve uma guinada muito grande. Todo mundo percebeu que a incerteza entrou no noticiário. É uma alta expressiva - afirmou Campelo ontem, durante Seminário de Análise Conjuntural da FGV.

'CHOQUE DURADOURO' APÓS TSE

O economista explicou ainda que, no dia 17, a equipe da sondagem já havia coletado cerca de 70% das informações necessárias para o mês. Ou seja, os 30% restantes coletados após o início da turbulência foram suficientes para influenciar o resultado do mês inteiro.

- Na verdade, (considerando apenas) a coleta de informações entre os dias 17 e 25 de maio, o índice teria subido para 150, a máxima histórica - afirmou o economista.

A incerteza política deu o tom das análises de economistas, que destacaram principalmente o impacto sobre o esperado ajuste fiscal, com a reforma da Previdência em suspenso.

Na avaliação do economista Manoel Pires, pesquisador associado do Ibre e ex-secretário de Política Econômica de Dilma Rousseff, a incerteza põe um ponto de interrogação sobre a economia, principalmente após a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que absolveu a chapa Dilma-Temer.

- O que a maioria dos analistas imaginou é que esse choque ia ser grande, mas bastante curto. Semana passada, o TSE decidiu que esse choque vai ser duradouro, ou um pouco mais permanente do que todo mundo estava imaginando - pontuou Pires.

Na visão do economista José Julio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV, a trajetória da taxa de juros também é incerta. Ele explicou que o Banco

Central já deu sinais de que é cedo para dizer se a turbulência causará aumento da inflação ou não. Portanto, pode ser cedo para continuar a fazer cortes no mesmo ritmo. O especialista, que é ex-diretor do BC, acha difícil que a autoridade monetária repita a dose da última reunião, quando cortou em 1 ponto percentual a taxa Selic, hoje em 10,25% ao ano. O perigo é ter que voltar atrás da decisão.

- A política monetária funciona em função do caminho projetado da taxa de juros. Quanto mais volatilidade, é sinônimo de que é maior o leque de possibilidades. Se ele vai com muita sede ao pote, reduzindo juros agora, pode ter que voltar atrás - explicou o economista, antes de recorrer a uma analogia para explicar o momento atual: - Juro é igual perder peso: reduzir é muito fácil. O difícil é mantê-lo baixo.

O Ibre/FGV também apresentou as projeções para a economia atualizadas. Os economistas esperam que o PIB crescerá 0,2% neste ano. Já a inflação oficial - considerada a notícia positiva do ano - deve encerrar o ano em 3,4%, uma revisão ante previsão anterior de 4,1%.

'Pacote do diesel' ameaça retomada da indústria, avaliam entidades setoriais

13/06/2018 - Fonte: DCI

Impacto tributário resultante de medidas para atender exigências dos caminhoneiros durante a greve deve prejudicar a recuperação de setores produtivos, que já é mais lenta do que o esperado



A indústria do vidro é um dos setores que perdeu o benefício da desoneração da folha de pagamento

As medidas aprovadas pelo governo federal para compensar a diminuição do preço do diesel devem reduzir ainda mais a competitividade da indústria e colocar em risco a recuperação da atividade, afirmam entidades setoriais.

"A indústria está pagando a conta da greve dos caminhoneiros, com a reoneração da folha de pagamento, fim do Reintegra e aumento de frete. Foi uma ducha de água fria para os setores que passavam por um processo de recuperação", avalia o presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), José Ricardo Roriz Coelho.

O impacto aos cofres públicos para zerar a alíquota do PIS/Cofins sobre o diesel, medida tomada para encerrar a paralisação dos caminhoneiros, será compensado com a diminuição de incentivos tributários, como a revogação do regime especial da indústria química (Reiq), corte do percentual de ressarcimento ao exportador do programa Reintegra, mudança na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a reoneração da folha de pagamento de setores da indústria.

Coelho aponta que as medidas ocorrem em um momento especialmente inoportuno. "Com os prejuízos causados pela greve e a economia ainda em recuperação, vai haver esse aumento de custo. Temos 14 milhões de desempregados no Brasil e a desoneração ajudou a preservar empregos."

O Reintegra, um crédito tributário para exportação, foi reduzido de 2% para 0,1%.

“Na prática, o benefício acabou, porque deixou de valer a pena”, afirma o advogado e sócio do escritório Braga & Moreno, Thiago Garbelotti. O Reiq, um tributo para o setor petroquímico que previa alíquotas favoráveis para PIS/Cofins, foi revogado.

Em nota, a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) declarou que “a decisão de extinguir o Reiq representa grande risco à manutenção atual da produção nacional de químicos, bem como de milhares de empregos das inúmeras fábricas das diversas cadeias ao redor da indústria química, especialmente pelo agravamento do quadro recessivo nacional.”

Reoneração da folha

O presidente da República, Michel Temer, sancionou no final de maio a reoneração da folha de pagamento para 39 dos 56 setores da indústria.

“Esses setores podiam recolher uma alíquota, que variava de 1% a 4,5%, sobre o faturamento, em vez de 20% sobre o total da folha de pagamento”, explica Garbelotti.

O gerente executivo de políticas econômicas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, aponta que ainda é difícil mensurar as consequências dessa medida. “É complicado ter uma noção dos danos, varia não apenas de setor para setor, mas para cada empresa. Depende muito da intensidade de mão de obra. Os efeitos devem ser sentidos em outubro ou novembro.”

Entre os setores atingidos, está a indústria de vidros. O superintendente da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro), Lucien Belmonte, afirma que as empresas de maior porte devem sentir mais o choque. “Para nosso setor, o benefício era muito pequeno. Mas para as grandes empregadoras de mão de obra, o impacto é inevitável.”

O presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, conta que o setor foi preservado da reoneração porque arrecada mais através do Cofins Importação.

“Foi criada essa tributação, que tem alíquota de 1% sobre as importações. Pelo fato da balança comercial de máquinas e equipamentos ser negativa, trazemos um ganho para Receita Federal maior do que seria com a reoneração. Foi graças a esse benefício que o setor conseguiu manter empregos.”

Outro setor que continua com a folha de pagamento desonerada é o têxtil. O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, (Abit), Fernando Pimentel, revela que a possibilidade do fim do benefício causou preocupação.

“O estágio de recuperação da economia é muito tímido, ainda mais com as perdas brutais com a parada dos caminhoneiros. Nosso setor tem cerca de 50 mil vínculos empregatícios que fizeram opção pela contribuição sobre o faturamento.”

Para Castelo Branco, a reoneração afeta diretamente e de maneira repentina o planejamento financeiro da indústria. “Há uma consequência em decisões de investimentos e contratações. Altera as circunstâncias com que o setor produtivo estava trabalhando e a intensidade da recuperação.”

Aumenta número de setores com alta na receita tributária

13/06/2018 – Fonte: DCI

Até abril, 89 segmentos, de 99 listados pelo governo, tiveram avanço na arrecadação de impostos; contudo, com queda na expectativa de PIB, trajetória perde fôlego. Das 99 atividades econômicas listadas pela Receita Federal, 89 apresentaram recuperação na receita tributária entre janeiro e abril, enquanto em igual período de 2017, apenas metade dos setores (51) havia retomado arrecadação.

A perspectiva, no entanto, é que o número de segmentos com avanço na geração de receita tributária perca fôlego nas próximas divulgações, tendo em vista o recuo nas expectativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano.

NÚMEROS DA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA

Varição real da receita no primeiro quadrimestre de 2018, ante igual período de 2017 ▶ Em %



O cenário deve comprometer ainda mais o quadro fiscal do governo federal, aprofundando incertezas e, com isso, afugentando investidores que seriam importantes para ajudar a impulsionar a economia.

“Todo esse cenário de indefinição reflete na arrecadação do governo, que já tem um orçamento apertado para cumprir até o final do ano”, afirma a coordenadora do curso de administração da Universidade Presbiteriana Mackenzie de Campinas, Leila Pellegrino.

Ela diz que a trajetória de retomada da receita de impostos nos primeiros quatro meses do ano esteve bastante em linha com a expectativa de uma recuperação mais consistente e contínua da economia, no início do ano.

Tributos federais como o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), por exemplo, variam muito de acordo com as estimativas de lucro das empresas para o ano.

Dados da Receita mostram que no primeiro quadrimestre, a arrecadação de impostos federais oriunda do comércio atacadista cresceu 17,5% acima da inflação, para R\$ 28,9 bilhões, enquanto o varejo avançou 10,3%, a R\$ 22 bilhões, ante igual período de 2017. A receita tributária da fabricação de combustíveis, por sua vez, saltou 60%, para R\$ 22 bilhões.

Em matéria publicada na última segunda-feira no **DCI**, “Greve, eleições e Copa do Mundo podem desacelerar receita de ICMS”, especialistas explicaram que a alta dos preços dos combustíveis também puxou o aumento da arrecadação de ICMS pelos governos estaduais.

No entanto, o cenário de expansão de receita tributária ficou comprometido, diante do aumento da incerteza. O professor de economia da ESPM, Orlando Assunção Fernandes, destaca que, em apenas um mês, a projeção do mercado para o PIB de 2018 caiu mais de 0,50 pontos, ao recuar de 2,51% para 1,94%, como mostrou o Boletim Focus do Banco Central (BC), na última segunda. Em meados de fevereiro, os analistas previam crescimento de 2,70% para este ano.

A queda das expectativas em um mês refletiu os impactos econômicos da paralisação da greve dos caminhoneiros durante 11 dias, em maio.

Consultorias ouvidas pelo jornal, após o término da mobilização, apontaram que a previsão de PIB para o segundo trimestre recuou de uma margem de expansão de 1,9% e 2,8% para um intervalo entre 1,4% e 2%, na margem, ou seja, ante o primeiro trimestre – período em que a economia expandiu 0,4%.

Serviços financeiros

Uma das dez atividades econômicas que tiveram queda na geração de receita à União foi o setor de serviços financeiros, cuja arrecadação diminuiu 8% em termos reais (descontada a inflação), para R\$ 54 bilhões.

Este segmento é o que mais gera receita ao governo federal. Leila avalia que a dificuldade de recuperação do setor é explicada pela fraqueza do consumo no País.

“Com elevado nível de desemprego e sem crescimento na renda, as pessoas realizam menos compras, diminuindo as transações financeiras e, conseqüentemente, a arrecadação tributária que vem dessas operações”, elucida a especialista. “Sem recuperação no mercado de trabalho, dificilmente veremos alta na receita tributária dos serviços financeiros”, reforça Leila, do Mackenzie.

Fernandes acrescenta que a fraca recuperação da contratação de empréstimos também impacta negativamente a arrecadação de tributos dessas atividades. “As pessoas não estão tomando mais crédito por estarem muito restritivas em seu consumo”, comenta. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incide sobre operações como cartão de crédito, cheque especial, empréstimos, financiamentos, entre outros.

Leila destaca que o grau elevado de incerteza em relação às eleições deste ano deve continuar retraindo as compras das famílias, impactando a geração de receita de impostos de outros setores ligados ao consumo, como o comércio e os serviços.

Para a especialista, até mesmo a arrecadação dos segmentos ligados à exportação pode perder fôlego. “A mudança recente na tributação do Reintegra, para atender às demandas dos caminhoneiros, cria um ônus para a empresa exportadora”, comenta.

Leila Pellegrino ressalta que isso não significa que as vendas externas irão retraindo – até porque a desvalorização do real frente ao dólar tende a favorecer essas operações –, mas, sim, que as companhias exportadoras, por terem sido reoneradas, podem diminuir o ritmo de atividade.

Para poder conceder o desconto de R\$ 0,46 no diesel aos caminhoneiros, o governo federal decidiu, na semana passada, reduzir a alíquota do Reintegra de 2% para 0,1%.

De acordo com projeções da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB), a medida provocará um prejuízo de R\$ 13,3 bilhões para a economia do País. O Reintegra devolve às empresas uma parte do valor exportado em produtos manufaturados por meio de créditos do PIS e Cofins. A redução de alíquota está em vigor desde o início deste mês.

Além de serviços financeiros, outras atividades que registraram queda na arrecadação tributária foram fabricação de eletrônicos (-0,65%, a R\$ 3,9 bilhões); atividades auxiliares de transportes (-0,14%, a R\$ 3,5 bilhões) e atividades imobiliárias (-0,30%, a R\$ 3,8 bilhões).

Tesla corta 9% da força de trabalho em busca por lucro

13/06/2018 – Fonte: DCI

A montadora de carros elétricos Tesla decidiu cortar milhares de postos de trabalho para reduzir custos e tornar-se lucrativa sem arriscar a evolução da produção do sedã Model 3.

Em email enviado aos funcionários, o presidente-executivo da Tesla, Elon Musk, afirmou que os cortes são parte de uma simplificação na estrutura de gestão da montadora que tinha sido prometida no mês passado.

"Como parte deste esforço, e da necessidade de reduzirmos custos e nos tornarmos lucrativos, tomamos a difícil decisão de demitir cerca de 9 por cento de nossos colegas", afirma o email.

"Estes custos são quase que inteiramente gerados por nossa equipe assalariada e nenhum dos funcionários da produção está incluído, então, isso não afetará nossa capacidade de alcançarmos as metas de produção do Model 3 nos próximos meses."

A Tesla tem tentado atingir 5 mil unidades do Model 3 produzidos por semana depois de ter enfrentado problemas na produção. Na semana passada, Musk afirmou que a montadora deverá atingir a marca até o final de junho.

"As demissões vão ajudar a empresa a atingir a lucratividade no curto prazo, mas não a sustentá-la", disse Efraim Levy, analista da CFRA Research, se referindo aos gastos da Tesla para elevar a produção.

A Tesla tem queimado caixa enquanto continua investindo em sua linha de produção e se preparando para novos projetos como o crossover Model Y e sua Gigafactory.

O fluxo de caixa livre da empresa ficou negativo em 1 bilhão de dólares no primeiro trimestre ante 277 milhões negativos no quarto trimestre, excluindo os custos de sistemas para a área de energia solar.

Trabalhadores da Toyota aprovam acordo

13/06/2018 – Fonte: DGABC

Minuta determina reposição salarial conforme inflação e pagamento de PLR em duas parcelas

Os trabalhadores da Toyota, em São Bernardo, aprovaram ontem acordo coletivo válido por dois anos. A minuta prevê reposição salarial conforme o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) referente à data base, em 1º de setembro, até o teto de R\$ 9.850, além de pagamento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) em duas parcelas, sendo a primeira em junho e, a segunda, em dezembro. O valor do benefício não foi divulgado.

No período de vigência, a correção do piso salarial e da PLR será conforme a inflação. No próximo ano, o calendário será o mesmo.

"As crises política e econômica estão atrapalhando muito as negociações com as empresas", afirmou Wagner Santana, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Segundo o sindicalista, a montadora, que na região produz apenas peças, se comprometeu a discutir a possibilidade de aumento real em 2019.

Questionada sobre o assunto, a Toyota confirmou as informações e informou que em torno de 1.150 colaboradores foram contemplados no acordo. Ao todo, há cerca de 1.500 funcionários na unidade do Grande ABC.

Parte dos empregados da Eletrobras permanece em greve nesta quarta-feira

13/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

Cerca de 40% dos empregados da Eletrobras decidiram permanecer em greve nesta quarta-feira, 13, apesar da decisão do presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de considerar a paralisação de 72 horas iniciada na segunda-feira (11) ilegal e cobrar multa de R\$ 100 mil diários se pelo menos 75% do quadro não estiver trabalhando.

De acordo com o Coletivo Nacional do Eletricitários (CNE), os próprios empregados decidiram continuar mobilizados pelo prazo de 72 horas, que termina nesta quarta, conforme previsto desde o início. A decisão foi tomada a partir de assembleias realizadas em cada uma das sedes da holding e suas subsidiárias. A maior parte das unidades regionais das empresas de geração e transmissão da Eletrobras (Furnas, Eletronorte, Chesf e Eletrosul) permanecem em greve, informou o CNE em nota.

O coletivo afirmou que não há piquetes na porta das empresas, e por este motivo o sindicato não poderá ser acusado de impedir o acesso ao trabalho, não cabendo desta maneira a aplicação de multa se não houver o efetivo determinado pela Justiça na operação.

Na avaliação do diretor da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel) Emanuel Mendes, que apoia a continuidade da greve, a revolta contra a privatização da empresa e a permanência do presidente Wilson Ferreira Jr. motivou a divisão de decisões em algumas unidades. A categoria prepara uma greve por tempo indeterminado a partir do dia 25, em protesto contra a perda de benefícios no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Mendes e outros sindicalistas se reuniram nesta terça-feira, 12, com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que garantiu a eles que não há mais tempo este ano para privatizar a Eletrobras, mas que o governo e os parlamentares querem tentar aprovar pelo menos a venda das seis distribuidoras deficitárias da empresa.

“Ele propôs um acordo para tentar vender as seis distribuidoras, mas deixamos claro que queremos participar de todo o processo, discutir como será feita a venda, e não do jeito que estão fazendo. Eles ficaram de falar com a oposição para tentar destravar essa venda”, disse Mendes.

MEI pode optar por débito automático para evitar inadimplência

13/06/2018 – Fonte: R7

Recolhimento da guia mensal muitas vezes não acontece por distração do empreendedor

MEI pode optar por débito automático para evitar inadimplência

Problema recorrente entre microempreendedores individuais (MEI), a inadimplência com os impostos por descuido pode ser evitada por meio do débito automático. Basta acessar o Portal do Empreendedor e solicitar a modalidade.



Todo mês, o MEI recolhe por volta de R\$ 50, pagando o Documento de Arrecadação Simplificada (DAS). Estar em dia com o DAS cobre todos os impostos e também permite usufruir da Previdência Social, com auxílios por afastamento e aposentadoria. O cálculo do valor corresponde a 5% do salário mínimo, mais R\$ 1 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) , para comércio e indústria, ou R\$ 5 de Imposto sobre Serviços, se prestador de serviços.

Para optar pelo débito automático, é preciso acessar o portal, informar o CNPJ, CPF e um código de acesso, que é uma senha. Na página, há um campo para gerá-la, caso tenha se esquecido.

Para pode agendar o débito automático, é preciso ter conta corrente em bancos específicos. As instituições são: Banco do Brasil, da Amazônia, Santander, Banestes, do Estado do Rio Grande do Sul, de Brasília, Caixa, Bradesco, Mercantil do Brasil, Sicredi e Sicoob.

Se o contribuinte estiver utilizando algum benefício da Previdência, ele deverá fazer o pagamento avulso da DAS. Nesse período, o MEI não paga INSS. Por isso, o débito automático está vetado.

Como nas demais contas, sempre verifique se o débito foi realizado para evitar inclusão entre os devedores.

Dados de importação brasileira sofreram alteração

13/06/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 12-06-2018)

O dado de importação brasileira do mês de fevereiro foi objeto de alteração significativa. Recentemente, houve a retificação, por parte do importador, de uma declaração de importação, no valor de US\$ 1,986 bilhão, referente à NCM 8905.90.00.

Ressaltamos que a fonte dos dados de comércio exterior são os registros administrativos e que alterações em declarações de importação feitas pelo importador são usuais e ensejam contínua atualização na base de dados brasileira.

O reprocessamento e a publicação da base atualizada ocorre todo mês, de acordo com as melhores práticas de produção de dados.

Brasil e Nigéria discutem relações bilaterais

13/06/2018 – Fonte: DCI

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, e o ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Geoffrey Onyeama, se reuniram ontem (12), em Brasília, para discutir as relações bilaterais.

Segundo o Itamaraty, em 2017 o comércio entre os dois países foi de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão. Nos primeiros quatro meses deste ano, as trocas alcançaram US\$ 538 milhões, 22% superior ao do mesmo período do ano passado.

“O Brasil tem o maior interesse em aprofundar e melhorar cada vez mais, em todos os planos, as relações com a Nigéria. Seja nos planos econômico, cultural ou político”, declarou o ministro brasileiro ao fim da reunião.

Em outubro, Aloysio Nunes visitou o país africano acompanhado por oito servidores de alto escalão. Durante a estada de dois dias, o ministro brasileiro se reuniu com Onyeama e com o ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Chefe Audu Ogbeh.

As conversações abordaram os acordos bilaterais atualmente em negociação, como as minutas de um acordo de cooperação e facilitação de investimentos, e sobre a transferência de presos e de extradição, além da cooperação para desenvolvimento agrícola e no campo da Defesa.

Desde então, Nunes e Onyeama vêm discutindo temas como segurança, terrorismo e a necessidade de reformas do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). Ontem, Onyeama mencionou que enfrentar o terrorismo é um “desafio” para o qual a Nigéria espera contar com o apoio do Brasil, citado como um “produtor de equipamentos militares sofisticados”.

“Estamos buscando diversificar nossa economia. Para isso, estamos procurando países-irmãos com quem possamos intensificar os investimentos”, declarou o ministro nigeriano nesta terça, alegando que o mundo “chegou a uma encruzilhada, diante da qual os países do [Hemisfério] Sul têm a obrigação de assumir uma postura mais firme”.

Aneel aprova reajuste médio de 20,58% nas tarifas da RGE

13/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-08-2018)

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou um reajuste médio de 20,58% nas tarifas da RGE. Para consumidores conectados à alta tensão, o aumento será de 19,04%, e para a baixa tensão, a elevação será de 21,55%.

O reajuste diz respeito ao quarto ciclo de revisão tarifária periódica da empresa, processo realizado pela Aneel de quatro em quatro anos para manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

As novas tarifas vigoram a partir do dia 19 de junho. A RGE pertence ao grupo CPFL e atende a 1,4 milhão de unidades consumidoras em 255 municípios do Rio Grande do Sul.

CNI defende mudanças no setor elétrico para reduzir preço da energia

13/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-08-2018)

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende que o sistema elétrico brasileiro precisa com urgência de mudanças regulatórias e normativas, de maneira a permitir que a energia elétrica, um dos principais insumos da indústria brasileira, “volte a ser uma vantagem competitiva para a economia do País”.

A entidade lembra que a dependência dos reservatórios hidrelétricos, associada a regimes hidrológicos desfavoráveis, gerou a necessidade do aumento da geração termoelétrica, o que, aliado às políticas governamentais equivocadas adotadas para o setor, resultou em um aumento de 57% no custo da eletricidade para consumidores industriais que compraram energia diretamente das distribuidoras em quatro anos, no período entre janeiro de 2013 e o fim de 2017, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

“O constante intervencionismo governamental, aliado ao alto custo dos impostos e dos encargos setoriais, e de erros regulatórios tornaram a energia elétrica paga pela indústria uma das mais caras do mundo”, diz o gerente-executivo de Infraestrutura da CNI, Wagner Cardoso, para quem as perspectivas não são muito animadoras. “Mantidas as condições regulatórias e contratuais atuais, não haverá redução sustentável do custo da eletricidade. A política de encargos e subsídios precisa ser repensada e reduzida”, defendeu.

Dentre as alterações defendidas pela CNI estão, além da redução de encargos setoriais, a melhora na alocação dos custos da expansão entre os consumidores regulados e livres, e a diminuição da duração dos contratos de energia, medidas que já foram discutidas entre agentes do setor elétrico no âmbito de uma consulta pública sobre a modernização do marco legal realizada no ano passado e fazem parte de uma proposta de projeto de lei, incorporada em texto em discussão no Congresso.

Para a confederação, tais medidas são factíveis de serem implementadas no novo marco legal do setor elétrico e permitirão a queda das tarifas da conta de luz para o consumidor, o que poderia ocorrer a partir de 2020.

As propostas da CNI fazem parte do estudo ‘Energia Elétrica: custos e competitividade’, que integra uma série de 43 documentos sobre temas estratégicos que a entidade entregará aos candidatos à Presidência da República. Os documentos foram feitos com base no Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022, que aponta os caminhos para o Brasil buscar, nos próximos quatro anos, uma economia mais produtiva, inovadora e integrada ao mercado internacional.

Marun: venda de distribuidoras da Eletrobras, cadastro positivo são prioridades

13/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-08-2018)

O governo pretende votar até julho o projeto de desestatização das distribuidoras da Eletrobras, o cadastro positivo e a medida provisória que cria o Ministério da Segurança Pública.

As prioridades da pauta legislativa foram discutidas em reunião nesta terça-feira, 12, com os ministros da Fazenda, Eduardo Guardia e do Planejamento, Esteves Colnago, e líderes do governo. “Fizemos uma análise da pauta legislativa emergencial para esse fim de primeiro semestre para ser levado ao parlamento. Tenho certeza que vamos conseguir votar os projetos”, afirmou Marun, depois de deixar a Fazenda.

O ministro disse que havia um pleito de incluir projeto que prevê autonomia do Banco Central. “É uma questão polêmica, não sei se conseguimos votar no meio das eleições”, completou.

Empregados da Eletrobras decidem interromper greve após decisão do TRT

13/06/2018 – Fonte: EM.com (publicado em 12-08-2018)

Por força de uma decisão do presidente do Tribunal Regional Do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, a greve de 72 horas dos empregados da Eletrobras foi interrompida nesta terça-feira, 12, mas deve voltar por tempo indeterminado no próximo dia 25, informou o diretor da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel), Emanuel Mendes.

A greve foi iniciada na segunda-feira, 11, e tinha por objetivo protestar contra a privatização da estatal e pedir a saída do presidente Wilson Ferreira Jr, considerado o promotor da venda da empresa e cujas relações foram afetadas por declarações polêmicas do executivo.

A nova greve tem por objetivo garantir direitos adquiridos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), informou Mendes.

O sindicalista disse que a partir de 25 de junho os empregados irão parar por tempo indeterminado, mas aguarda uma proposta da companhia que pode suspender a greve.

INSS é principal fonte de renda para 76% na fase de aposentadoria, diz pesquisa

13/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-08-2018)

A pesquisa feita pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi) em parceria com o Instituto Ipsos revelou que para 76% dos brasileiros o INSS é a principal fonte de renda na fase de aposentadoria e que 43% dos entrevistados pretendem continuar trabalhando depois e aposentados para garantir o sustento.

Gastos com remédios e plano de saúde são as principais preocupações para o futuro.

Dentre os entrevistados, 48% disseram que serão totalmente dependentes da aposentadoria oficial e 28% informaram que serão muito dependentes do sistema público.

Apenas 18% dos ouvidos consideram que dependeriam pouco do INSS e somente 3% informaram que não dependeriam da aposentadoria do governo.

Outros 3% não responderam ou não souberam informar.

Tributação sobre renda no Brasil é mais baixa do que em outros países, diz Rachid

13/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-08-2018)

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, defendeu nesta terça-feira, 12, o aumento da tributação sobre a renda e a redução de impostos sobre a produção. Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para discutir reforma tributária, Rachid disse ainda que o limite para que empresas se encaixem no Simples Nacional, hoje em R\$ 4,8 milhões, é muito alto.

Ele lembrou que a tributação sobre a renda no Brasil é mais baixa do que em outros países e que há muitas distorções na legislação brasileira que acabam fazendo com que alguns grupos paguem menos impostos sobre a renda do que outros. “Os diferentes regimes acabam gerando um comportamento de proteção. Isso não pode existir, temos que igualar”, afirmou.

Rachid disse que o aumento na tributação sobre a renda tem que ser feito de forma equilibrada, acompanhado com a redução dos tributos sobre a produção. O secretário citou dados prévios que mostram que a carga tributária brasileira ficou em 32,45% do PIB em 2017, alta de 0,14% ante 2016. “Temos que debater constantemente o tamanho da carga tributária que queremos”, completou.

Na audiência, Rachid defendeu a simplificação do PIS/Cofins, que vem sendo estudada pelo governo, e disse que essa legislação é complexa e é preciso reduzir o nível de litígios. “A reforma tributária não é um grande evento, é um processo. Muitas ações de simplificação podem ser feitas por lei ordinária”, afirmou.

Sem especificar o período, ele lembrou ainda o aumento do custo das renúncias tributárias de 2% para 4% do PIB nos últimos anos e disse que incentivos e benefícios fiscais geram distorções no sistema e concentram ainda mais a renda. “A renúncia

fiscal deve ser exceção, e, não, a regra”, acrescentou. O secretário também criticou o uso constante de parcelamentos tributários, como o Refis, que acabam gerando uma “concorrência desleal”.

Debate

A audiência na CAE foi convocada para debater o projeto “Reforma Tributária Solidária”, elaborado pela Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal (Anfip) e pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco). O coordenador técnico do projeto, Eduardo Fagnani, apresentou dados que mostram que o Brasil tributa em 21% a renda enquanto a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 34%.

“A simplificação tributária é necessária, mas é insuficiente. Não enfrenta a questão mais crucial da tributação brasileira que é a regressividade. A maior parte dos impostos brasileiros é sobre o consumo, que incide mais sobre camadas de menor renda”, afirmou.

O gerente-executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, também ressaltou a falta de isonomia na tributação brasileira e disse que a confederação defende um sistema tributário mais eficiente e que torne a produção mais competitiva.

Ele apontou problemas como a oneração das exportações e dos investimentos e a tributação na de bens na origem. Entre as propostas da CNI para a reforma tributária estão adoção do imposto seletivo no consumo, o recolhimento centralizado por empresa do ICMS e a ampliação dos prazos de recolhimentos dos tributos indiretos federal e estadual.

Peso do lucro cai pela metade em nova metodologia para cálculo do spread

13/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-08-2018)

Banco Central mudou a metodologia na apuração do spread bancário

Uma mudança de metodologia na apuração do spread (diferença entre o que os bancos pagam para captar recursos e o que cobram dos consumidores) fez a participação da margem de lucro das instituições financeiras nessa conta encolher quase pela metade.

No ano passado, o Banco Central estimava que a fatia da margem de lucro dos bancos no spread era de 23,3%. Esse percentual se reduziu a 14% na nova forma de cálculo observada no Relatório de Economia Bancária, divulgado pela autoridade monetária nesta terça-feira (12).



Isso aconteceu porque os custos administrativos dos bancos, que representavam 3,8% do spread, saltaram para uma participação de 25,5%, o que comprimiu a participação dos outros componentes da conta.

Essa profunda alteração de como o BC vê a composição do spread, segundo o diretor de Política Econômica, Mario Viana, se deu principalmente porque a instituição deixou de deduzir a receita com serviços dos custos administrativos totais.

De acordo com ele, quando a antiga metodologia foi pensada, em 2004, os serviços não eram considerados um produto dos bancos.

"Hoje supõe-se que os serviços não são uma forma de abatimento de custos, são uma fonte de receitas", afirmou Viana. "De tempos em tempos a metodologia é atualizada".

Outra mudança importante no cálculo foi que, em vez de considerar as taxas de juros calculadas mensalmente com base nos novos empréstimos, como fazia até o ano passado, o BC tomou como base o ICC (Indicador de Custo de Crédito).

O ICC leva em conta o estoque de crédito, ou seja, tudo o que está emprestado, e não somente os novos empréstimos. Como o estoque é formado por operações de prazo mais longo, a taxa de juros apurada nesse indicador é menor, assim como o spread. Enquanto o spread do ICC é de 12 pontos percentuais, em média, o das novas concessões é de 19,7 pontos percentuais.

A inadimplência, o componente com maior peso no spread, que no cálculo anterior representava 55,7% do spread, também teve sua participação reduzida pelo salto dos custos administrativos no total, para 38,2%.

Ponto de equilíbrio da Selic poderia ficar entre 7% e 8%

13/06/2018 – Fonte: DCI

O ponto de equilíbrio da taxa básica de juros da economia brasileira (Selic) poderá ficar entre 7% a 8% ao ano caso o candidato que vencer as eleições para a Presidência seja favorável à continuidade de uma agenda de reformas fiscais.

Essa é a estimativa da sócia e estrategista-chefe do banco BTG Pactual, Stefanie Birman. "O cenário eleitoral benigno seria de um candidato favorável às reformas, especialmente a previdenciária, e com capacidade política para levar essa agenda adiante", avaliou Stefanie, durante evento organizado pelo banco com empresários e investidores do mercado imobiliário e realizado ontem (12).

Já em um cenário oposto, com a eleição de um candidato sem afinidade com as reformas e/ou a falta de capacidade política para aprovar as reformas, o ponto de equilíbrio da Selic tenderá a ficar numa banda de 10% a 13% ao ano. "Neste cenário, haveria uma combinação muito ruim de infração alta, juros altos e desemprego alto", estimou Stefanie.

Stefanie acrescentou que o BTG Pactual trabalha com um cenário base de contração do PIB de 0,1% no segundo trimestre, com chance de ser revisto para uma queda de até 0,5%.

Previ acredita que manutenção de juros favorece empresas investidas

13/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-08-2018)

A despeito da turbulência dos últimos dias e da promessa de novos momentos críticos até as eleições, o presidente do maior fundo de pensão do País, o Previ, Gueitiro Genso, considera o cenário econômico brasileiro positivo.

Para ele, mesmo com o desequilíbrio fiscal e com uma reforma da previdência mais modesta, será possível manter a taxa de juros baixa, o que favorece as empresas investidas e a economia como um todo. Diferentemente de outros países, como a Argentina, o nível de reservas representa uma garantia para o país, diz.

"Tirando as incertezas de curto prazo, cenário no Brasil é muito bom. Haverá um cenário de juros real muito diferente do que vimos nos últimos anos, mais baixo.

Quando isso acontece, há um círculo virtuoso que faz com que a economia como um todo cresça”, afirmou, em entrevista no intervalo do Seminário de Políticas de Investimentos que a entidade organiza no Rio de Janeiro.

Para Genso, o mais importante é não guiar a entidade em função dos indicadores de curto prazo. “Estamos fazendo desinvestimentos. A bolsa veio a 72 mil pontos. O que eu faço? Dou uma segurada. Não vou vender sabendo que o valor real não é esse. Para nós, esse efeito conjuntural desde maio e nos próximos 4 meses de volatilidade não tem impacto. Desde que você tenha muita clareza no planejamento do longo prazo”.

Ibovespa tem recuperação discreta e fecha em alta de 0,62%

13/06/2018 – Fonte: Isto É (publicado em 12-08-2018)

Depois de cinco quedas consecutivas, com as quais acumulou perda de 8%, o Índice Bovespa exibiu uma discreta melhora e terminou o pregão desta terça-feira, 12, aos 72.754,12 pontos, com alta de 0,62%.

O desalento dos investidores com o cenário doméstico seguiu como principal fator de fraqueza das ações, em meio à falta de perspectivas positivas para os cenários econômico e eleitoral. Os negócios somaram R\$ 9,6 bilhões, novamente abaixo da média dos últimos dias.

Pela manhã, o Ibovespa pegou carona com a alta das bolsas de Nova York e chegou a registrar máxima de 73.322 pontos (+1,40%). O índice passou a perder fôlego gradativamente e à tarde tocou pontualmente o terreno negativo, quando chegou a cair 0,25% (mínima de 72.124 pontos).

“A Bolsa não anda em boa parte porque o momento é de revisões do cenário econômico, com a possibilidade de as companhias listadas na Bolsa entregarem resultados piores nos próximos trimestres”, disse Glauco Legat, analista da Spinelli Corretora. “Com o cenário de incerteza, a aposta do investidor está mais direcionada ao dólar, que hoje voltou a subir, apesar dos leilões do Banco Central”, completou o profissional.

Segundo Legat, o investidor começou a colocar na conta o atual quadro de indefinição econômica e eleitoral e se questiona se vale a pena correr o risco de um cenário em que nem mesmo os analistas políticos conseguem avaliar.

“Tudo está apontando para um cenário ainda mais difícil, com muitas coisas para acontecer. A Bolsa precisa de um ‘trigger’ que não estamos vendo”, disse.

A alta do dia foi garantida em boa parte pelo bom desempenho das ações da Vale, que terminaram o dia com ganho de 1,67%.

O papel acompanhou a alta do minério de ferro no mercado à vista chinês e também a notícia de que a empresa concluiu acordos com a Wheaton Precious Metals Corp e com a Cobalt 27 Capital Corp. para a venda de cobalto. Por outro lado, Petrobras ON caiu 0,82%. As ações do setor financeiro também operaram em queda, à exceção de Banco do Brasil ON, que subiu 3,85%.

Na última sexta-feira, 8, os investidores estrangeiros retiraram R\$ 1,108 bilhão da B3. Em junho, até essa data, o saldo líquido dos investimentos externos era negativo em R\$ 3,155 bilhões. Em maio, essas saídas somaram R\$ 8,43 bilhões.

“Enquanto o fluxo de investidores estrangeiros não se restabelecer, a Bolsa vai continuar sem defesa. E eles não estão vendo motivo para comprar as ações brasileiras

em um momento tão negativo do País, com tantas dificuldades de se prever o que vem à frente”, disse um operador de renda variável.

Taxas futuras de juros sobem com cautela ante do Fed e dados de varejo local

13/06/2018 – Fonte: Isto É

Os contratos futuros de juros passaram para o lado positivo na manhã desta quarta-feira, 12, após abrirem com viés de baixa, contrariando a persistente queda do dólar desde a abertura.

Os DI's precificam expectativas de elevação hoje das taxas dos Fed Funds, em 0,25 ponto, para a faixa de 1,75% a 2,00% ao ano, e de um discurso possivelmente mais duro do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, destacando o crescimento consistente do emprego, renda e inflação norte-americanos. Há expectativa de que o Fed endureça o tom sobre o ciclo de aperto monetário e poderá sinalizar mais duas altas dos Fed funds no segundo semestre.

Internamente, as vendas no varejo vieram acima da mediana das projeções do mercado e também colaboram para alta das taxas mais curtas. As vendas no varejo subiram 1,0% em abril ante março, acima da mediana (0,6%) das estimativas.

Às 9h40 desta quarta, o DI para janeiro de 2019 exibiu 7,155%, ante máxima a 7,175% mais cedo, de 7,155% no ajuste anterior. O DI para janeiro de 2020 estava em 8,72%, de 8,67% no ajuste de terça-feira. O DI para janeiro de 2021 indicava 9,80%, de 9,75%, enquanto o vencimento para janeiro de 2025 exibiu 11,85%, de 11,80% no ajuste anterior. O dólar à vista caía 0,36% neste mesmo horário, aos R\$ 3,7015 e o dólar futuro de julho recuava 0,43%, aos R\$ 3,7090.

Novo código de mineração do país terá regras mais rígidas

13/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 12-08-2018)

Nova regulação estimula financiamentos no setor minerador

O presidente Michel Temer assinou nesta terça-feira decretos que regulamentam o novo código de mineração, estabelecendo regras ambientais mais rígidas e a obrigatoriedade de execução de fechamento de minas, mas que também visam incentivar financiamentos para o desenvolvimento do setor.

De agora em diante, a empresa mineradora terá a responsabilidade de recuperar áreas degradadas pela atividade de mineração, um dos principais segmentos da economia do Brasil, que tem na Vale a maior produtora global de minério de ferro.

Para possibilitar o desenvolvimento de novas tecnologias e a consequente redução de passivos ambientais, um dos decretos prevê ainda que a Agência Nacional de Mineração (ANM) discipline em resolução o aproveitamento de rejeitos e resíduos da atividade mineradora.

"Nós todos queremos uma mineração crescentemente competitiva, inovadora, sustentável. Aliás, a sustentabilidade é o objetivo de muitas dessas novas regras que nós acabamos de editar", disse Temer, durante cerimônia para a assinatura dos decretos, em Brasília.

Daqui para frente, as práticas que degradam o meio ambiente não vão mais ocorrer, destacou o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, também presente na cerimônia de assinatura dos decretos.

As afirmações ocorrem após o Brasil registrar acidentes importantes na área de mineração, mesmo depois do maior desastre ambiental do país, com o rompimento de uma barragem de rejeitos da mineradora Samarco, em 2015.

Neste ano, o rompimento de um mineroduto da Anglo American despejou uma mistura de minério de ferro com água em um rio de Santo Antônio do Gramma (MG).

Além disso, a refinaria de bauxita da norueguesa Norsk Hydro admitiu ter despejado efluentes na região amazônica em Barcarena (PA), embora venha negando acusações de autoridades de que tenha contaminado o meio ambiente com suas atividades.

As autoridades, no entanto, não citaram os acidentes ambientais em seus discursos.

Com o código reformado, explicaram que também será obrigatória a execução adequada de um plano de fechamento de mina, que passa a integrar o conceito de atividade minerária.

"Passamos a exigir expressamente que os planos de fechamento de mina sejam seguidos à risca. Deixamos mais claro, ainda, a obrigação de recuperar as áreas degradadas", afirmou Temer.

Além do tema ambiental, Temer destacou que diversos outros foram endereçados por meio da publicação do decreto, incluindo uma busca por estimular investimentos no setor.

"Também se trata de incrementar segurança jurídica, também de facilitar acesso ao crédito e de assegurar especialmente a continuidade da pesquisa mineral, dando naturalmente mais transparência e objetividade a todos os procedimentos administrativos", disse Temer.

Em busca de facilitar obtenção de crédito, pela nova regra, o governo vai permitir o uso do título minerário (portaria de lavra) como garantia de financiamento dos projetos.

Outro item do novo código prevê que as áreas minerárias devolvidas ou retomadas pela União serão ofertadas ao mercado via processo de seleção e julgamento com critérios objetivos, em substituição ao atual procedimento, caracterizado como moroso.

Segundo o ministro de Minas e Energia, a modernização do código de mineração, em vigor há mais de cinco décadas, é um dos principais atos do governo de Michel Temer. "De setor em setor, o governo está alinhando nossos marcos regulatórios à realidade contemporânea. Estamos trazendo o país para o século 21", disse o presidente Michel Temer.

MUNICÍPIOS

As novas regras estabelecem ainda a destinação de 15 por cento da arrecadação dos royalties do setor para municípios não produtores mas impactados pelo transporte, embarque e presença de instalações industriais relacionadas à atividade.

Para isso, serão reduzidas as fatias dos royalties --a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - dos demais entes da federação.

Assim, os municípios produtores passarão a receber 60% da CFEM, ante os 65% anteriores. A participação dos Estados cairá de 23% para 15%, e a da União, de 12% para 10%.

Em 2017, o setor de mineração pagou cerca de R\$ 1,8 bilhão referente à CFEM.

Há anos, o Brasil vinha tentando modernizar as regras que regiam o setor de mineração. Mas, durante o governo de Michel Temer, o Ministério de Minas e Energia conseguiu concluir a reforma, ao dividir diferentes temas relevantes para facilitar as discussões.

Por meio de duas medidas provisórias, aprovadas posteriormente no Congresso, Temer já havia endereçado, no ano passado, a elevação de alíquotas de royalties da atividade minerária e a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Pelo texto que foi à sanção presidencial em 2017, o minério de ferro passou a ter alíquota de 3,5%, ante 2% previamente, numa elevação que causou queixas no setor. A ANM também já foi criada.

Municípios reagem às novas regras da mineração

13/06/2018 – Fonte: EM.com



Arrecadação com royalties da mineração este ano deve ficar entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 2,6 bilhões este ano (foto: Ramon Lisboa/EM/D.A Press 11/12/15)

O presidente Michel Temer (MDB) assinou ontem decretos que atualizam o Código de Mineração e trazem novas regras para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (Cfem).

Apesar da comemoração do Planalto, os municípios afetados pela regra reclamaram de não ter sido consultados e acusaram o governo federal de ter tomado a medida para não chegar de mãos abanando em encontro para discutir o assunto marcado para hoje e amanhã, em Belo Horizonte.

O consultor de relacionamentos institucionais da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig), Waldir Salvador, afirma que nos pontos mais importantes, como a divisão do bolo arrecadado entre os não produtores, nada foi informado. A entidade reclama que foi pega de surpresa pela assinatura do decreto ontem.

“O governo não nos consultou para saber a opinião dos principais afetados, que são os municípios. Como vai ser essa divisão do valor entre os que são afetados, por exemplo? Quantos porcentos quem tem barragem vai receber? E para as barragens e minerodutos?”

Lamentavelmente, sobre isso o governo federal não nos ouviu”, lamentou Salvador. Ainda de acordo com o consultor, caso os termos e regras para a compensação não estejam conforme os interesses dos municípios, haverá reação. “Se não estiver de acordo com o que a gente espera, vamos pressionar e fazer um movimento”, avisa.

Um dos exemplos da categoria “não produtores” são municípios onde a exploração não ocorre, mas, pela proximidade, acaba recebendo a barragem de rejeitos, como em Barão de Cocais, na Região Central, que abriga o material descartado da Mina de Brucutu, a maior em operação em Minas Gerais, e que tem a extração em São Gonçalo do Rio Abaixo. Com a nova regra, a cidade passaria a receber royalties por ser afetada pela atividade mineradora.

'COMPETITIVA' Na cerimônia de assinatura do decreto, Michel Temer afirmou que as medidas, aprovadas em dezembro do ano passado, mas que estavam sem ser regulamentadas, deixarão a mineração mais "competitiva, sustentável e inovadora". "Medidas que refletem as melhores práticas internacionais de mineração e aprimoram a segurança jurídica. Também facilitam o acesso ao crédito e asseguram a continuidade da pesquisa mineral", afirmou o presidente.

Já o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, que participou da cerimônia, considerou que as alterações na forma como é repartida a Cfm ajudam a distribuir a riqueza do país entre os municípios.

"O resultado que vai significar (a mudança na Cfm) para as finanças, sobretudo dos municípios, fazendo justiça, repartindo a riqueza do país, cobrindo eventuais desgastes em função da exploração, é um ganho de civilidade política, um ganho de civilidade institucional", afirmou o ministro.

Moreira Franco apresentou dados do setor de mineração ao destacar a importância dos decretos assinados. Ele lembrou que o setor, que responde por 4% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país), pagou cerca de R\$ 1,8 bilhão em royalties no ano passado. Já a previsão para 2018 varia entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 2,6 bilhões. O total de empregos gerados no setor chega a 200 mil somente na indústria extrativa.

CONCESSÃO PÚBLICA Pela Constituição, as jazidas e os depósitos minerais são bens da União. A atividade de mineração é autorizada sob o regime de concessão pública. Em contrapartida, as empresas que exploram os minérios têm que pagar uma compensação aos estados e municípios, a Cfm.

O texto da Lei 13.540, aprovado no final do ano passado pelo Congresso e regulamentado ontem, sofreu três vetos presidenciais no momento da sanção de Temer. A medida atendeu à recomendação do Ministério de Minas e Energia. Um dos trechos vetados incluía municípios socialmente atingidos entre os beneficiários da arrecadação da Cfm.

A proposta original do governo era manter a divisão original, de 12% para a União, 23% para estados produtores e 65% para municípios produtores. Na tramitação, os deputados criaram a figura do município atingido pela produção da mineração, que ficará com 15% dos royalties. Para que isso fosse possível, a parcela da União foi reduzida a 10%; a dos estados produtores, a 15%; e a dos municípios produtores, a 60%.

Ainda sobre os municípios afetados, foram mantidos entre os beneficiários dos royalties os cortados por ferrovias ou dutos utilizados para escoar minérios, onde existem operações portuárias de embarque e desembarque de minerais e onde se localizam as pilhas de estéril barragens de rejeitos, instalações de beneficiamento e demais instalações de aproveitamento econômico.

Continua depois da publicidade

RECUPERAÇÃO O decreto aprovado ontem ainda traz a atualização do Código de Mineração – o atual é de 1967. Entre as medidas está a previsão expressa de responsabilidade do minerador de recuperar as áreas degradadas. De acordo com o governo, "a execução adequada de um plano de fechamento de mina, passa a integrar o conceito de atividade minerária", sendo, assim, obrigatória.

"Passamos a exigir expressamente que os planos de fechamento de mina sejam seguidos à risca. Deixamos mais claro, ainda, a obrigação de recuperar as áreas degradadas", disse Temer. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, as normas vão deixar o setor mais atrativo, com mais transparência, além de agilidade e segurança jurídica.

Siderúrgicas vão à Justiça para repor perdas da greve dos caminhoneiros

13/06/2018 – Fonte: EM.com



Paralisação dos caminhoneiros gerou prejuízo de R\$ 1,1 bilhão às usinas e novo frete vai elevar custos em R\$ 1,8 bilhão em um ano (foto: Usiminas/Divulgação 7/6/05)

Num momento em que enfrenta um mercado internacional com grande excedente de capacidade instalada, restrições na entrada do produto impostas pelos Estados Unidos e um mercado interno que ainda não se recuperou, a indústria brasileira do aço não suporta e não quer pagar a conta da greve dos caminhoneiros.

Cada uma das dez grandes empresas já começou a propor ações judiciais contra a decisão do governo federal de reduzir a alíquota do Reintegra de 2% para 0,1%, justamente num momento em que o setor negociava com o governo federal o aumento dessa alíquota para 5%, como forma de compensar os resíduos tributários não recuperáveis sobre receita líquida de exportações que, nesse setor, são de 7,1%.

A informação é de Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil. “Tomamos a decisão de que os processos serão protocolados individualmente pelas empresas. Mais do que reverter essa medida, que inviabiliza a indústria nacional, queremos previsibilidade para 2019”, afirmou Marco Polo, para quem faltou sensibilidade ao governo, que, com uma visão estreita em relação ao fechamento do balanço fiscal, não considerou o efeito multiplicador que o mecanismo do Reintegra traz para a economia com o um todo.

O Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras) é um programa criado pelo governo para incentivar a exportação de produtos manufaturados. Tem por objetivo devolver de forma parcial ou integral o resíduo tributário existente na cadeia de produção de bens exportados.

Segundo Marco Polo, a legislação previa para 2018 uma alíquota de 3% para o Reintegra. “Tínhamos proposto que o governo considerasse os 2% como base e, cada setor, pudesse mostrar ao governo quais são os seus resíduos. Numa coalizção, 10 entidades representativas de setores afetados pela recessão – calçados, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, máquinas, autopeças, químicos, siderurgia, têxteis, automotivo e celulose – elaboraram proposta ao governo, que proporcione isonomia competitiva e maior inserção no mercado internacional.

“No setor siderúrgico nosso resíduo tributário é de 7,1%. Com 2%, certamente estaremos na melhor das hipóteses tendo uma compensação parcial do resíduo que é muito mais alto. Com a redução 0,1% fica inviável”, afirmou Marco Polo.

“A indústria de transformação como um todo, apesar de sua importância estratégica, apesar de ser mola propulsora do desenvolvimento econômico, não tem sido apoiada pelo Ministério da Fazenda, que de alguma forma assume uma posição autista, fugindo àquilo que no mundo real tem sido apresentado como prioridade da indústria da transformação”, acrescentou Marco Polo.

Avaliação semelhante tem Jefferson de Paulo, Ceo da ArcelorMittal Aços Longos da América Central e do Sul, para quem o país precisa exportar para sair da crise. “Com

todos esses problemas, o Brasil antes otimista, já está em dúvida”, afirmou, assinalando que muitos executivos têm repensado investimentos e, no caso particular da ArcelorMittal, o aporte da ordem de R\$ 1,5 bilhão previsto para João Monlevade poderá ser revisto.

Ao reduzir a competitividade da siderurgia, o governo joga sombras em vários setores, como o automotivo, o mineral e de máquinas e equipamentos. É uma cadeia que pode sucumbir às medidas errôneas do governo, pois sem o Reintegra, haverá redução de investimentos em todos os setores que exportam, assinalou Jefferson de Paulo.

IMPACTO Além do impacto negativo do Reintegra no setor, a greve dos caminhoneiros deixou um saldo negativo sobre a indústria do aço de R\$ 1,1 bilhão que decorre da paralisação, – durante a qual 16 alto-fornos foram abafados, 10 aciarias e 15 laminações paralisadas, dentre outras linhas produtivas. Além disso, a tabela mínima do frete prometida pelo governo aos caminhoneiros vai custar, segundo estimativa do setor, R\$ 1,8 bilhão ao longo de 12 meses.

Mas não apenas a indústria do aço reage às medidas anunciadas pelo governo para colocar fim à greve dos caminhoneiros. Segundo o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, as medidas do governo vão gerar aumento de custo de diversos produtos.

“Ao reduzir a alíquota do Reintegra, retirou dinamismo daqueles setores com maior capacidade no Brasil, que são os que competem internacionalmente e exportam. Isso impacta drasticamente a vida de todos os brasileiros, pois essas empresas não vão investir, nem vão empregar e não gerar renda no Brasil quando ficam menos competitivas”, disse Roscoe.

Segundo ele, a Fiemg também pretende judicializar a questão do Reintegra e a tabela do frete e, inclusive, já tem as ações prontas, caso as medidas não sejam revistas. “Se o governo federal não corrigir esse equívoco, nós da Fiemg já estamos com ação pronta para entrar na justiça estadual. Nos dois casos”, disse, acrescentando que também aguarda posição da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que vai propor ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adi) contra as medidas e o tabelamento do frete.

“A tabela do frete vem gerando distorções em toda a cadeia produtiva e impacto em cascata. Tudo aquilo que é transportado sofre o impacto”, afirmou, acrescentando que esses dois pontos são muito relevantes porque terão repercussão sobre o crescimento não só de hoje, mas do futuro da indústria, além da capacidade e disposição das empresas em investir em Minas Gerais e no Brasil.

Cobre opera quase estável, de olho em negociações trabalhistas e no Fed

13/06/2018 – Fonte: Isto É (publicado em 12-06-2018)

Os contratos futuros de cobre estão próximos da estabilidade. Além da expectativa geral nos mercados internacionais pela decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), nesta tarde, investidores nesse caso monitoram notícias de empresas e também notícias de negociações entre funcionários e patrões na maior mina do mundo.

O cobre para três meses subia 0,03%, a US\$ 7.214,50 a tonelada, na London Metal Exchange (LME), às 8h45 (de Brasília), avançando 4% na comparação mensal. Às 9h05, o cobre para julho avançava 0,08%, a US\$ 3,2520 a libra-peso, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex).

O dólar está perto da estabilidade, antes da decisão do Fed. Além disso, na quinta-feira haverá decisão do Banco Central Europeu (BCE), o que gera cautela antes das decisões de importantes bancos centrais.

Na semana passada, o cobre teve forte alta, em meio a uma combinação de decisões especulativas, movimentos cambiais e preocupação com a oferta. Negociações trabalhistas na América do Sul foram uma importante causa para o movimento, em meio ao diálogo entre a BHP Billiton e os funcionários da mina Escondida, no Chile, a maior do mundo. No ano passado, um impasse nesse diálogo provocou uma greve de 44 dias.

Agora, estrategistas do ING apontam que os trabalhadores chegaram a um acordo com a BHP na mina Spence, no Chile. "Este é um sinal potencial de que poderíamos ter um acordo também na Escondida", disseram.

Por outro lado, o executivo-chefe da estatal Codelco, Nelson Pizarro, afirmou na segunda-feira à agência Bloomberg que concessões salariais generosas do setor privado prejudicam a tentativa de sua empresa de manter baixos os custos.

Analistas disseram que os dados de importação de cobre da Índia devem mostrar um aumento na quantidade do metal comprada pelo país, a fim de compensar a parada na operação da Vedanta Resources em Tâmil Nadu.

A Glencore, por sua vez, revelou um plano de reestruturação de US\$ 5,6 bilhões na Katanga Mining, no Congo, na qual detém 86%. Isso ocorre após a Glencore chegar a um acordo com a parceira local Gecamines e resolver uma disputa por capitalização, encerrando demandas judiciais.

Entre outros metais básicos negociados na LME, o zinco caía 0,27%, a US\$ 3.190 a tonelada, o alumínio recuava 0,81%, a US\$ 2.274 a tonelada, o estanho tinha baixa de 0,90%, a US\$ 20.870 a tonelada, o níquel cedia 0,43%, a US\$ 15.190 a tonelada, e o chumbo subia 0,41%, a US\$ 2.478 a tonelada.

Greve dos caminhoneiros teve impacto de R\$ 15 bi na economia, diz Fazenda

13/06/2018 – Fonte: Exame (publicado em 12-06-2018)

Na segunda, Eduardo Guardia admitiu que o governo poderá rever para baixo a previsão oficial para o crescimento da economia neste ano, que está em 2,5%



Caminhoneiros: ministro chegou a dizer que algumas estimativas sobre impacto da paralisação estavam exageradas e que economistas já vinham observando perda de ritmo antes da greve (Edinei Nunes/Reprodução)

Brasília – A equipe econômica estima que o impacto da greve dos caminhoneiros custou ao país R\$ 15 bilhões, ou 0,2% do PIB. De acordo com o Ministério da Fazenda, o número foi discutido na segunda-feira, 11, em reunião com o ministro Eduardo Guardia e economistas do setor privado, em São Paulo.

Na segunda, Guardia admitiu que o governo poderá rever para baixo a previsão oficial para o crescimento da economia neste ano, que está em 2,5%.

Ele observou, porém, que essas previsões são reavaliadas a cada dois meses na programação orçamentária e que não faria revisões a cada semana. A aposta do mercado é que o PIB cresça menos do que 2% em 2018.

Guardia chegou a dizer que algumas estimativas sobre o impacto da paralisação estavam exageradas e que os economistas já vinham observando perda de ritmo da economia antes da greve.

“Revemos a previsão a cada dois meses, quando divulgamos a programação orçamentária. Então, vamos continuar fazendo isso. Pode ser uma revisão para baixo”, afirmou o ministro.

Com greve, venda total de etanol cai 6,45% em maio, diz Unica

13/06/2018 – Fonte: Exame (publicado em 12-06-2018)

Na segunda metade do mês o volume total comercializado foi de apenas 858 milhões de litros, ante 1,134 bilhão de litros na primeira quinzena de maio



Etanol: volume vendido pelas usinas às distribuidoras no mercado doméstico no Centro-Sul atingiu 1,880 bilhão de litros em maio (Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Ribeirão Preto – O volume total de etanol comercializado pelas usinas do Centro-Sul nos mercados interno e externo em maio, segundo mês da safra 2018/2019, foi de 1,992 bilhão de litros, em comparação com 2,130 milhões de litros em igual período de 2017, recuo de 6,45%, informou nesta terça-feira, 12, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

As vendas sofreram impacto da greve dos caminhoneiros. Na segunda metade do mês o volume total comercializado foi de apenas 858 milhões de litros, ante 1,134 bilhão de litros na primeira quinzena de maio.

“Embora em plena safra e com produção crescente de etanol, as distribuidoras não conseguiam retirar o biocombustível nas usinas e destilarias”, informou Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica. Segundo a entidade, nos dias de paralisação, as unidades deixaram de entregar 300 milhões de litros de etanol hidratado e 150 milhões de litros de etanol anidro.

O volume acumulado total do combustível vendido às distribuidoras e exportado chegou a 2,726 bilhões de litros em dois meses da safra 2018/2019, alta de 25,26% ante os 2,176 bilhões de litros de igual período de 2017/2018.

O volume de etanol vendido pelas usinas às distribuidoras no mercado doméstico no Centro-Sul atingiu 1,880 bilhão de litros em maio (1,087 bilhão na primeira quinzena e 793 milhões na segunda metade) e acumula 3,748 bilhões de litros na safra 2018/2019 até dia 1º de junho.

Os volumes representam queda de 6,2% em relação ao total de 2,005 bilhões de litros vendidos em maio de 2017 e aumento de 3,3% sobre o volume acumulado comercializado até igual período da safra 2017/2018 no mercado interno, de 3,628 bilhões de litros, informou a Unica.

As vendas de etanol hidratado combustível cresceram 13,83% em maio sobre o mesmo período de 2017, de 1,213 bilhão para 1,380 bilhão de litros.

Com o resultado, as vendas totais de hidratado na safra têm alta de 25,26% entre os períodos para 2,725 bilhões de litros. As vendas totais de anidro recuaram 33,3% se comparados os mesmos meses de 2017 e 2018, para 612 milhões de litros e caem 29,9% no acumulado da safra, para 1,182 bilhão de litros.

A exportação total de etanol atingiu 112,230 milhões de litros em maio, queda de 10% contra os 124,756 milhões de litros no mesmo mês do ano passado. No acumulado da safra 2018/2019, as exportações totais de etanol recuam 31,6%, para 160 milhões de litros, ante 233,8 milhões de litros em igual período de 2017/2018.

Gerdau é condenada a pagar multa em processo de sindicatos por violar antitruste

13/06/2018 – Fonte: Isto É

A Gerdau informou nesta quarta-feira, 13, ter recebido parecer desfavorável, em segunda instância, da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, referente a processos movidos por dois sindicatos de construção civil de São Paulo. No processo, a empresa e outros produtores de aços longos no Brasil são acusados de infringir a legislação antitruste.

Na primeira instância, a empresa havia sido condenada a pagar multa equivalente a 7% do faturamento bruto do exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, em 2000, excluídos impostos. Em 1º de agosto de 2013, o valor correspondia a R\$ 417.819.805,95. No parecer, o Tribunal determina que o montante deverá ser novamente atualizado pela contadoria judicial.

No fato relevante, a empresa ressalta que decisão ainda não foi formalizada pelo acórdão e que “continuará buscando todos os remédios jurídicos cabíveis para defesa de seus direitos”.

Toyota investe US\$ 1 bilhão na companhia de transportes Grab

13/06/2018 – Fonte: Isto É



A montadora japonesa Toyota anunciou, nesta quarta-feira (13), um investimento de US\$ 1 bilhão na companhia Grab, líder na Ásia no aluguel de carros com motorista - AFP/Arquivos

A montadora japonesa Toyota anunciou, nesta quarta-feira (13), um investimento de US\$ 1 bilhão na companhia Grab, líder na Ásia no aluguel de carros com motorista.

Com sede em Singapura, a Grab comprou no início do ano as atividades neste setor que a americana Uber ainda tinha em vários países do Sudeste Asiático.

O investimento do fabricante japonês atende à vontade de seu presidente, Akio Toyoda, de se adaptar à “mudança profunda” do setor.

“Decidi transformar a Toyota de um fabricante de automóveis em uma companhia de mobilidade”, disse Akio Toyoda no mês passado.

Vendas de veículos importados estagnaram em maio com greve dos caminhoneiros

13/06/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-06-2018)

Parte dos negócios não foi concluída por falta de veículos, diz Abeifa



A **greve dos caminhoneiros** também impactou os negócios do segmento de **veículos importados**, que vinha apresentando um bom ritmo de crescimento a cada mês, desde janeiro.

No entanto, em maio, as vendas estagnaram com relação a abril ao registrar pequeno aumento de 0,1% ao emplacar 3.239 unidades, apenas duas a mais do que no mês imediatamente anterior, de acordo com balanço divulgado na terça-feira, 12, pela Abeifa, associação das importadoras e algumas fabricantes.

“O desempenho de vendas em maio poderia ter sido melhor. Infelizmente, como aconteceu em vários setores da economia brasileira, por conta de paralisação dos caminhoneiros, os importadores de veículos automotores também foram prejudicados.

O movimento na rede de concessionárias ficou comprometido. E as vendas negociadas na terceira semana de maio não foram concluídas por falta de produto a partir do dia 21”, relata o presidente da Abeifa, José Luiz Gandini.

Com o volume de vendas de maio, a Abeifa anotou participação de 1,66% do mercado interno total, cujos emplacamentos somaram 194,9 mil veículos, considerando apenas automóveis e comerciais leves.

Somando apenas os importados por toda a indústria automotiva, as associadas à Abeifa responderam por 12,58% de um total de 25,7 mil. Por outro lado, a greve não alterou o andamento dos negócios no acumulado do ano: de janeiro a maio, as 16 marcas afiliadas anotaram a venda de quase 15 mil veículos importados, o que representa crescimento de 39,8% sobre iguais meses do ano passado, quando os licenciamentos somaram 10.686 unidades.

Entre as associadas, as cinco que mais venderam nos cinco meses do ano registraram aumento das vendas no comparativo anual: Kia (5.237 unidades / +65,1%), Volvo (2.131/ +69,3%), JAC (1.815/ +29%), Lifan (1.206/ +25,4%) e BMW (1.102/ +52,2%).

Considerando apenas o mês de maio, algumas posições se alteram: a Kia se mantém como a maior vendedora entre as importadoras, com 1.122 emplacamentos, seguida pela Volvo, com 500 carros, JAC com 385, BMW fez 302 e Lifan emplacou 247 unidades.

As associadas que têm fábricas no Brasil – BMW, Chery, Jaguar Land Rover e Suzuki – encerraram maio 1,9 mil unidades nacionais emplacadas, alta de 6,3% na comparação com abril e aumento de 19,1% sobre maio de 2017, quando licenciaram pouco mais de 1,6 mil carros feitos no Brasil.

Produção de motos até maio é a melhor em dois anos

13/06/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 12-06-2018)



Fábricas instaladas em Manaus montaram 444,6 mil unidades nestes cinco meses

A **produção de motos** em maio atingiu 96,6 mil unidades e alta de 9,3% sobre abril. No acumulado do ano, as empresas instaladas em Manaus somaram 444,6 mil unidades. O resultado é o melhor para o período nos últimos dois anos e registra importante crescimento de 19% sobre os mesmos cinco meses do ano passado. Os números são da Abraciclo, associação que reúne os fabricantes do setor instalados em Manaus.

As vendas no atacado (das fábricas para a rede) no acumulado do ano alcançaram 400,5 mil unidades, 16,1% a mais que em igual período de 2017. De acordo com o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian, o crescimento contínuo dos negócios dentro do primeiro semestre levará à revisão das projeções, o que deve ocorrer na primeira quinzena de julho.

As exportações do setor alcançaram de janeiro a maio 37,8 mil motos e alta de 53,3% sobre igual período do ano passado. Se a média mensal de 7.570 embarques se mantiver até o fim do ano, as vendas ao exterior crescerão em quase 7% sobre a projeção do início do ano, de 85 mil unidades. Mas a entidade ainda vê os números atuais com cautela por causa de possíveis dificuldades com a Argentina, principal destino das motos brasileiras.

Sobre o mercado local, a Abraciclo recorda que a greve dos caminhoneiros prejudicou os emplacamentos no fim de maio: "Na primeira quinzena, a média diária estava acima de 4 mil motocicletas, volume que acabou caindo no fim do mês pelo impacto da paralisação", recorda Fermanian. No acumulado dos cinco meses foram licenciadas 382,8 mil motocicletas, 7,7% acima da comparação interanual.